

# O APOIO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) NA VIDA DOS SUJEITOS QUE SE ENCONTRAM EM VULNERABILIDADE SOCIAL

*The support of Reference Center for Social Assistance  
(CRAS) in the life of people who are in  
social vulnerability*

Joseli Oreste Fonseca<sup>1</sup>

Guerino Antonio Tonin<sup>2</sup>

**RESUMO.** Este artigo apresenta o trabalho realizado no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Sul do município de Sapucaia do Sul, de janeiro a junho de 2012. Este Centro provê serviços e programas continuados de assistência e de promoção social oferecendo proteção social básica às famílias e aos indivíduos. O objetivo geral deste artigo é analisar a importância do CRAS para a comunidade de Sapucaia do Sul. Para atender o objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos: mapear os serviços prestados pelo CRAS; identificar o perfil dos usuários e demonstrar a importância dos serviços prestados pelo CRAS. Através de uma pesquisa exploratória e descritiva, de caráter quantitativo, realizou-se um estudo de caso em uma unidade pública que concretiza o direito sócio-assistencial quanto à garantia de acessos a serviços de proteção social básica prevenindo situações de riscos das famílias, contando com 374 usuários. Diante deste cenário observa-se que a meta é o desenvolvimento das comunidades mais necessitadas através da articulação com os integrantes de maneira que os mesmos se percebam como sujeitos de direitos e deveres. Através dos resultados obtidos constatou-se que os usuários que ingressam nos serviços oferecidos pelo CRAS voltam a estudar ou realizar cursos profissionalizantes. Percebeu-se ainda, que seus filhos estão mais motivados para ir à escola e tem melhorado seus desempenhos escolares. Frente a isto, o presente estudo se dispõe a identificar a importância da assistência e promoção social, objetivando despertar interesse nos leitores por essa atividade.

**Palavras-chave:** CRAS, serviços, família.

**ABSTRACT.** This article introduces the work performed in Reference Center for Social Assistance - CRAS SOUTH, in Sapucaia do Sul city, from January to June, 2012. This Center provides services and continued programs of assistance and social promotion offering basic social protection to families and individuals. The main goal of this article is to analyze the importance of CRAS to the Community in Sapucaia do Sul city. To meet the general goal was set the following specific objectives: to map the services provided by CRAS; identify the users profile and demonstrate the importance of the services provided by CRAS. By means of an exploratory research and descriptive, quantitative, was held a case study in a Public Unit that embodies the right socio-welfare as the guarantee of access to the services of basic social protection preventing of risks situations of families, counting on 374 users. In this scenario it is observed that the goal is the development of needy communities through the joint with members in a way that they see themselves as subjects of rights and duties. By the results it was found that the users who are registered in the services offered by CRAS retake their studies or performing training courses. It is realized that their children are more motivate to go to school and have improved theis school performance. Facing to this, the study intents to identify the importance of the assistance and social promotion, aiming at awakening interest in readers for this activity.

**Key words:** CRAS, services, family.

---

<sup>1</sup> Aluna Pós-Graduada em Gestão Pública da Universidade Federal de Santa Maria, Bacharel em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil - Ulbra.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Ciências Administrativas da UFSM. Mestre da Universidade Federal de Santa Maria.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta uma análise dos serviços, que foram proporcionados pelo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, objetivando melhor qualidade de vida das pessoas. Ele traz uma reflexão em relação ao processo de trabalho do Assistente Social junto às famílias e indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade social.

O objetivo geral deste artigo é analisar a importância do CRAS para a comunidade de Sapucaia do Sul. Para atender o objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos: mapear os serviços prestados pelo CRAS; identificar o perfil dos usuários e demonstrar a importância dos serviços prestados pelo CRAS.

O Assistente Social exerce papel importante neste contexto, pois a partir da sua intervenção participa da construção de emancipação e autonomia dos usuários dos serviços.

Conforme a ótica de Yamamoto (1998, p.69):

os Assistentes Sociais contribuem para a criação de formas de um consenso – distinto daquele dominante – ao reforçarem os interesses de segmentos majoritários da coletividade. Contribuem nesta direção ao socializarem informações que subsidiem a formulação, gestão de políticas públicas e o acesso a direitos sociais; ao viabilizarem o uso de recursos legais em prol dos interesses da sociedade civil organizada; ao referirem na gestão e avaliação daquelas políticas ampliando o acesso a informação a indivíduos sociais para que possam lutar e interferir na alteração dos rumos da vida em sociedade.

Percebe-se que os usuários que procuram pelos serviços disponibilizados no CRAS são os que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Frente a isso, de acordo com Mendes (2009, p.67):

a tentativa de definição de vulnerabilidade, não há como deixar de se mencionar sua relação com a esfera da reprodução da vida humana, ou seja, com o campo do trabalho e, neste, do trabalho precarizado, tão comum para parcela expressiva da sociedade brasileira, que não tem acesso ao trabalho nos moldes formais.

A prevenção da ocorrência de situação de vulnerabilidades e riscos sociais na vida das famílias é de extrema importância e através dos serviços e programas

sócio-assistenciais de proteção social básica, podem-se minimizar estas vulnerabilidades.

Nesta ótica, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) refere o seguinte (2012, p. 09):

nessa direção, o PAIF concretiza a presença e responsabilidade do poder público e reafirma a perspectiva dos direitos sociais, constituindo-se em um dos principais serviços que compõem a rede de proteção social de assistência social, que vem se consolidando no país de modo descentralizado e universalizado, permitindo o enfrentamento da pobreza, da fome e da desigualdade, assim como, a redução da incidência de riscos e vulnerabilidades sociais que afetam famílias e seus membros.

Diante deste cenário, os profissionais do serviço social quando trabalham em rede, ou seja, quando existe um trabalho interdisciplinar, os resultados são mais eficazes e a cidadania é valorizada, encaminhando no sentido de uma transformação do desenvolvimento individual e grupal, melhorando ainda mais a qualidade de vida das famílias. Proporcionar serviços e programas sócio-assistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos e a articulação destes serviços no seu território de abrangência é uma atuação intersetorial na perspectiva de potencializar a proteção social.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

A construção desta seção aborda sobre a vulnerabilidade social que é uma expressão da Questão Social, sobre o CRAS e sua trajetória histórica. Salienta também a respeito do PAIF que é um Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família bem como do Benefício Eventual.

### **2.1 Vulnerabilidade Social: uma expressão da Questão Social**

Os sujeitos que se encontram em situação de vulnerabilidade social são aqueles desamparados e necessitados de satisfazer necessidades básicas de sobrevivência.

Através dos serviços sociais, o Estado proporciona amparo mínimo a estes sujeitos. Este amparo não soluciona, porém minimiza os problemas que causam a vulnerabilidade e o risco social. Castel (2000) refere que os sujeitos que se sentem excluídos por estarem fora do mercado de trabalho ou até mesmo pelo isolamento social tornam-se vulneráveis.

Observa-se que a vulnerabilidade e o risco social em que se encontram estes sujeitos mostram que fazem parte de um segmento da população que se encontra sob o manto de pertencerem a uma das expressões da Questão Social. Para Yamamoto a Questão Social é a:

expressão de desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. (2001. p.17)

O sujeito que está nestas condições de vulnerabilidade sente-se diminuído, ou seja, fragilizado e incapaz de alcançar resultados positivos frente à determinada situação que tenha que ser solucionada. O mesmo, muitas vezes, procura um profissional do serviço social na busca de orientações sobre a melhor maneira de resolver seus problemas. Portanto, sentir-se excluído significa não se integrar com a sociedade, não poder trocar experiências e vivências com os demais e o objetivo do sujeito que se encontra em tais condições é poder avançar no encontro da socialização.

Nas famílias que são atendidas no CRAS e que se encontram em situação de vulnerabilidade social é possível identificar as múltiplas expressões da Questão Social.

Segundo Silveira (2008), as expressões da Questão Social aparecem nos processos particulares, que são exibidos pelo modo de vida dos sujeitos e abrangem suas tradições coletivas, ou seja, os valores da família e da comunidade, bem como as heranças transgeracionais.

Cabe ressaltar que estes processos particulares são automaticamente influenciados pelos processos institucionais como, por exemplo, a empresa, a saúde, as instituições sociais, a escola, ou seja, todas as instituições das quais os sujeitos sociais se reportam espontaneamente ou não.

As expressões da Questão Social aparecem de diversas maneiras: gravidez na adolescência, uso de substâncias psicoativas, baixa escolaridade, violência, falta de qualificação profissional, falta de acesso aos direitos sociais entre outras.

Embora, o Estado proporcione programas e serviços sociais para os cidadãos que se encontram nessas situações, pode-se perceber que estes recursos, para a população, não são suficientes; eles apenas auxiliam nas necessidades básicas. E devido a isso existe sempre a solicitação dos mesmos por mais e melhores serviços.

Fica evidente que, geralmente, predominam os interesses das classes dominantes. E aqueles que utilizam os serviços e programas acabam ficando submissos frente àqueles que detêm o poder. Neste sentido, Silveira acredita que (2008, p.78):

de forma geral, podemos identificar dois processos centrais na produção da Questão Social: as desigualdades e o antagonismo entre classes. Em termos das desigualdades, essas refletem toda a sorte de disparidades sociais, econômicas, políticas e culturais que envolvem as classes sociais, os grupos étnicos, de gênero, etários e as formas e níveis de desenvolvimento regionais e territoriais. (...). Já o antagonismo entre classes reflete a oposição entre elas e a incompatibilidade de interesses, visto que na base da relação entre Capital e Trabalho está à exploração do segundo pelo primeiro, e a sua transformação em objeto, isto é, em mercadoria.

Portanto, a relação entre classes é extremamente conflituosa e geralmente causa desvantagens para aqueles que estão em situação de vulnerabilidade e risco social. Devido à imensa desigualdade social, grande parte da população encontra-se desamparada, pois a concentração de renda encontra-se nas mãos de poucos.

Cabe ressaltar que é relevante uma transformação na cultura das famílias, ou seja, que exista um amplo diálogo sobre orientações da importância de priorizar os estudos na vida dos jovens.

Os gráficos 1 e 2 do IBGE (PNAD) apresentam alguns dados de pessoas do sexo masculino e feminino que levaram menos tempo de permanência na escola. No ano de 2009, no Brasil observou-se o seguinte:

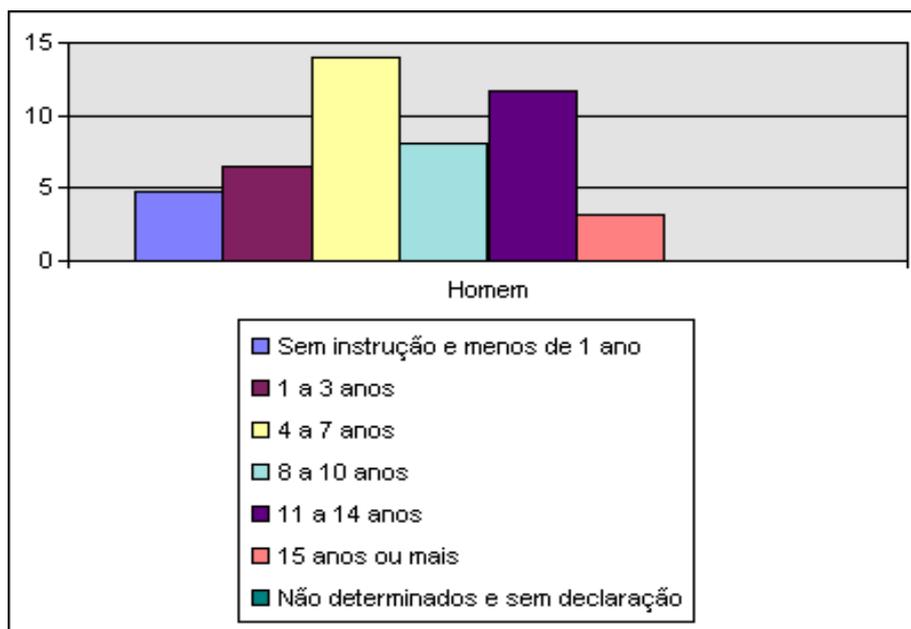


Gráfico 1 – Grupos de anos de estudos do sexo masculino  
 Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2009: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

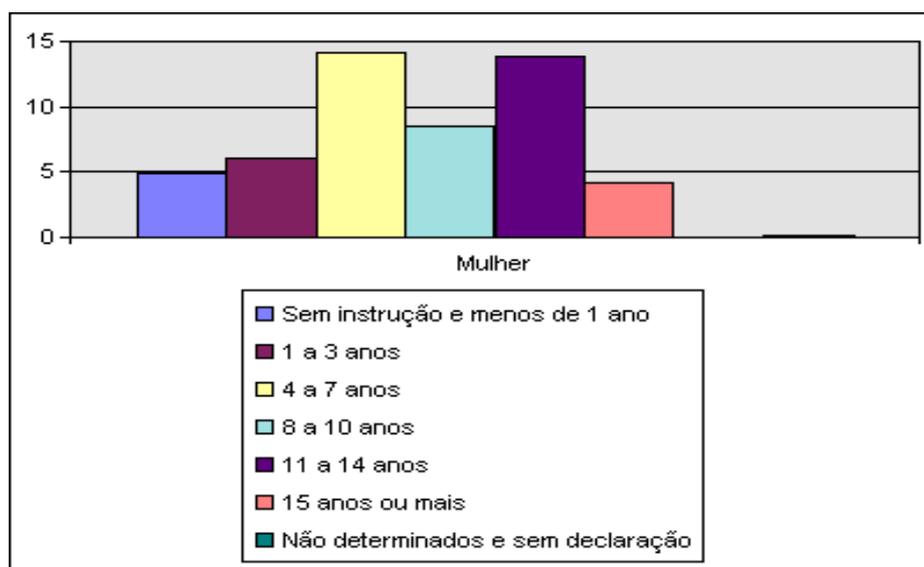


Gráfico 2 – Grupos de anos de estudos do sexo feminino  
 Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2009: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

Atualmente o tempo de permanência na escola dos jovens não contempla as necessidades do mercado de trabalho, causando então um maior número de indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social. No entendimento de Silveira (2008), as desarmonias apresentam as contradições, pois as classes dominantes se sustentam através da exploração do trabalho dos sujeitos que não possuem meios de produção e como consequência surgem situações conflituosas. Com isso

percebe-se a dependência das classes dominantes em relação aos trabalhadores que exercem suas atividades na produção e geração de lucro para a organização, bem como a dependência dos trabalhadores frente às classes dominantes na garantia do sustento familiar. Percebe-se que em relação ao nível de escolaridade com a exploração de mão de obra, o mercado de trabalho geralmente busca sujeitos competentes tecnicamente para estarem nos postos de trabalho. Diante disso, com o passar dos anos e com as novas demandas que aparecem a partir de modernos modelos de gestão, as organizações passaram a procurar cidadãos qualificados intelectual e tecnicamente.

Diante desse sistema, observa-se que a classe dominante possui privilégios por terem em suas mãos maior domínio sobre os recursos financeiros e por serem eles os detentores do poder, sobre os que precisam se submeter aos postos de trabalho precários e sem garantia de seus direitos para sobreviver. Por isso, ressalta-se a importância de concluir os estudos, pois, os mais qualificados tem maiores chances de conseguirem melhores oportunidades de emprego. Alguns sujeitos de camadas sociais desfavorecidas interrompem os estudos para ingressar no mercado de trabalho, porém existem aqueles que com o passar dos anos voltam a estudar e o compromisso da escola com o ensino tende a ser maior, pois se trata de buscar melhores oportunidades.

Segundo informações do IBGE (PNAD, 2009), o gráfico 3 demonstra que os homens com idade entre 15 e 19 anos começaram a trabalhar mais cedo do que as mulheres e um maior número de mulheres entram no mercado de trabalho somente após os 20 anos.

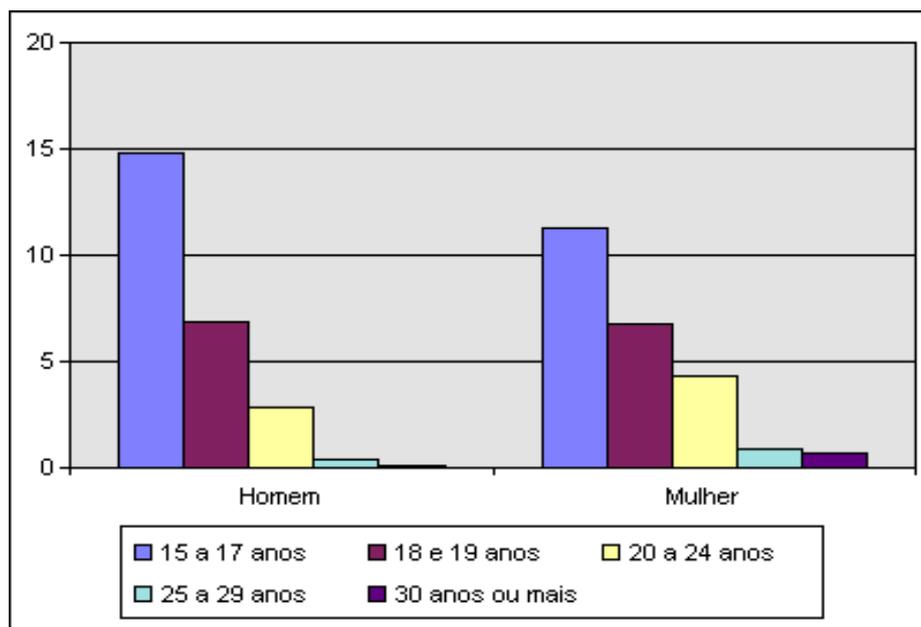


Gráfico 3 - Grupos de idade com que começaram a trabalhar  
 Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2009: microdados.  
 Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

A finalidade da apresentação destes dados estatísticos destaca o quanto os sujeitos estão optando por deixar os estudos em segundo plano para poder exercer algum trabalho remunerado. A maioria da população tem baixa escolaridade e conseqüentemente passa por muitas dificuldades econômicas e sociais; são sujeitos que acabam aceitando trabalhar por um salário muito baixo, sendo vítimas de exploração para poderem pelo menos garantir entrada de alimentação em suas casas. Muitos acabam encontrando várias maneiras de sobrevivência; uma delas é coletando material reciclável. Trabalham muito e recebem pouco, geralmente um trabalho informal sem terem os direitos garantidos.

Existem muitas famílias que se encontram em situação de extrema pobreza e geralmente os adolescentes começam a trabalhar mais cedo deixando os estudos de lado ficando atrasados e sem condições de ocupar um cargo que exija ensino médio, técnico ou superior como, por exemplo, secretariado, contabilidade, advocacia, psicologia dentre outros. Estes cargos demandam maior qualificação no mercado.

Percebe-se que atualmente é um prestígio ter um emprego efetivo que proporcione reconhecimento no mercado de trabalho. Diante do exposto, entende-se que a vulnerabilidade mais uma vez acentua-se na vida dos cidadãos brasileiros que

não acompanham as mudanças e os avanços das tecnologias em relação ao mundo do trabalho.

De acordo com lamamoto pode-se dizer que o trabalho assalariado e o capital se expressam um no outro: um recria e nega o outro; o capital pressupõe como parte de si próprio o trabalho assalariado. Segundo lamamoto (2001, p. 66):

a exploração se expressa tanto nas condições de saúde, de habitação, como na degradação moral e intelectual do trabalhador; o tempo livre do trabalhador é cada vez menor, sendo absorvido pelo capital nas horas extras de trabalho, no trabalho noturno que desorganiza a vida familiar.

Em outras palavras, o sujeito acaba dedicando-se mais para o trabalho do que à família, podendo causar uma desorganização familiar. O salário não contempla as necessidades básicas e os trabalhadores acabam fazendo horas-extras passando mais tempo no seu local de trabalho do que convivendo com seus familiares.

A autora acredita que responder às demandas das múltiplas expressões da Questão Social entre os brasileiros é esclarecer os processos sociais que as produzem e reproduzem na vida dos sujeitos sociais que vivenciam nas suas relações sociais.

A abordagem de lamamoto (2008) traz a importância das configurações da Questão Social que representam o conjunto das desigualdades e lutas sociais que são produzidas e reproduzidas na contradição das relações sociais.

Em outras palavras, as configurações da Questão Social unem os determinantes históricos objetivos que dão impulso na vida destes indivíduos sociais quanto à grandeza subjetiva que resulta na forma como estes sujeitos agem ao construir suas histórias. A fala da autora traz a importância sobre a vida dos sujeitos desde o nascimento, pois se a família não está em condições de orientar a criança até a fase adulta pode ocasionar problemas sérios para a vida dos mesmos.

Pode-se citar um exemplo: se a criança não vai à escola, sofre algum tipo de violência ou até mesmo faz uso de substâncias psicoativas, esta criança quando chega à etapa de transição da adolescência para a fase adulta, já está com sérios problemas em sua tenra vida. Problemas estes pela baixa escolaridade e por dependência por tal substância que a impede de conquistar sua autonomia, emancipação e socialização frente à sociedade.

Estas reflexões reportam ao que Castel (2000) comenta referente à estigmatização do mendigo válido em relação àquele sujeito considerado vagabundo. Ambos necessitam enfrentar os problemas sociais, mas existe a impossibilidade de naquele momento não estarem preparados para lidar com as relações que envolvam trabalho.

Pode-se perceber que aqueles que detêm o poder acabam afastando-se daqueles que precisam de apoio. Estes sujeitos que estão em situação de vulnerabilidade e risco social muitas vezes acabam sendo discriminados pelo grande grupo. É indispensável que se pense profundamente na questão de não desistir de lutar contra a exclusão, pois a negligência só prejudicaria mais a vida dos oprimidos.

Ressalta-se que realmente os jovens com baixa escolaridade que estão buscando um emprego, geralmente estão em situação de risco, pois existe uma elevada concorrência nesta busca e muitas vezes os concorrentes podem ter um nível de qualificação melhor. No entanto, podem-se alcançar resultados negativos na vida destes jovens devido estarem fora do mercado de trabalho por não terem a qualificação exigida adequada.

Em face dessa realidade, Wanderley (2000) ressalta que a Questão Social atualmente adquiriu novas modalidades devido às modificações ocorridas entre as relações de capital e trabalho, principalmente no que se referem às políticas sociais, gestão do Estado, processos produtivos e o 'princípio da exclusão' que acontece com os excluídos pela origem étnica, pelas relações de gênero, pela identidade cultural como pelos excluídos do processo produtivo, do trabalho salariado.

Para compreender a contextualização do mesmo, os sujeitos desejam entrar no mercado de trabalho, mas são excluídos devido ao preconceito dos empregadores referente à cor, ao sexo e até mesmo pela aparência física, podendo esta rejeição acarretar em baixa auto-estima e desmotivação. Devido a estas situações, pode-se mencionar aqui sobre a importância da existência dos programas e serviços sociais proporcionados àqueles que estão em situação de vulnerabilidade e risco social.

Neste sentido, é demanda para a assistência social cuidar daqueles que realmente necessitam dos seus serviços. Ela é um órgão público que conhece os grupos populacionais, organizações comunitárias e as periferias, atingindo as situações e realidades que outros órgãos públicos muitas vezes desconhecem.

## 2.2 Centro de Referência de Assistência Social

O reconhecimento da assistência social como direito instituído e legalmente reconhecido vem desde a promulgação da Constituição Federal, de 1988, ao colocar a assistência social ao lado da previdência social e da saúde na construção - ainda em curso - da seguridade social.

Diante desse cenário, conforme o CRAS (2009, p.09):

o CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de Assistência Social, responsável pela organização e oferta de serviços de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social.

O Estado tem o dever de garantir as necessidades básicas da população, pois é um direito do cidadão, bem como prevenir de situações que envolvam o risco.

O CRAS foi implantado através da SMDS (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social) e da Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul/RS. A política de Assistência Social no município de Sapucaia do Sul é executada através da Secretaria Municipal de Assistência Social criada em 1997, a partir da desvinculação da Secretaria Municipal da Saúde.

O CRAS é um órgão público e é reconhecido pelos usuários como um direito, igualmente a escola, os postos de saúde e outros. Fica localizado nas áreas de maior vulnerabilidade e risco social, sendo que no Município de Sapucaia do Sul o CRAS Sul, como é chamado, localiza-se na Rua Silveira Martins, 739 no bairro Capão da Cruz. Cabe ressaltar que o CRAS é um serviço contínuo e não um programa ou um projeto que tem prazo pra terminar. Seu Público Alvo são cidadãos, crianças, adolescentes, adultos e idosos oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade social.

A execução da política de Assistência Social está amparada pela LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e ancorada na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS) conforme as orientações técnicas do CRAS (2009).

O SUAS é fruto da Constituição Federal de 1988, integrando a Assistência Social à Seguridade Social, juntamente com Saúde e Previdência Social. Reinterpretados esses ensaios, adota e insere essa última terminologia - sob a sigla de CRAS - no seu novo dicionário, atribuindo-lhe, entretanto, novo significado para utilização nacional.

### 2.2.1 PAIF: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

O PAIF enfatiza o conceito de ação continuada, estabelecida em 2004, bem como corresponde ao previsto no Art. 23 da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS. O PAIF é um serviço e o CRAS é um espaço físico, um equipamento. O CRAS obrigatoriamente possui o PAIF, ele é uma unidade sócio-assistencial que tem uma equipe de trabalhadores da política de assistência social que são responsáveis pela implementação do mesmo.

O PAIF tem como objetivos:

- Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos;
- Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida;
- Promover o acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços sócio-assistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social;
- Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades;
- Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.

As orientações específicas para o serviço/ação do PAIF são:

Acolhida: Recepção no CRAS; Entrevista; Visita Domiciliar.

Atividades Coletivas/Comunitárias: Reuniões de Planejamento Participativas;

Acompanhamento Familiar: Serviços Socioeducativos para Famílias;

Atendimento Individualizado às Famílias; Atendimento Domiciliar.

Palestras: Campanhas Socioeducativas; Eventos Comunitários.

Articulação Intersetorial: Reuniões com a Rede Local; Articulação e fortalecimento de grupos sociais locais.

Produção de Material Sócio-educativo.

Encaminhamento com acompanhamento, para benefícios e serviços sócio-assistenciais ou para as demais políticas setoriais.

Busca Ativa: Deslocamento das equipes; Convite para participação em ações do PAIF; Articulação com profissionais de outros serviços setoriais, movimentos sociais, universidades e outras instâncias.

Existem alguns serviços e programas que são desenvolvidos no município de Sapucaia do Sul pela Proteção Social Básica, ou seja, pelo CRAS SUL que são:

- SCFV Conviver voltado para idosos acima de 60 anos: Visa contribuir com a qualidade de vida das pessoas idosas, através da sua integração em todos os âmbitos da sociedade, garantindo-lhes uma vida digna e cidadã. Este serviço é semanal sendo proporcionado através de oficinas como: musicoterapia, ginástica, coral, pilates, e dança;

- SCFV PIS, voltado para cidadãos em vulnerabilidade social: Tem por objetivo garantir os direitos sociais aos cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para a autonomia, emancipação e mobilização social, através da inclusão social, educacional, laboral e bancária. Por meio deste projeto os cidadãos voltam a estudar, realizam cursos profissionalizantes e recebem uma transferência de renda no valor de R\$200,00;

- SCFV Mamãe e Bebê, voltado para gestantes: Objetiva promover o fortalecimento do vínculo mãe e bebê, buscando a melhor qualidade de vida das famílias, através de dinâmicas grupais. Os encontros com as gestantes são quinzenais e cada uma recebe um kit enxoval;

- SCFV Atuação Família, voltado para mulheres com filhos até 6 anos de idade: Tem por objetivo proporcionar ações, reflexões e vivências que contribuam para o caráter protetivo da família, por meio do fortalecimento dos seus vínculos. Os encontros são quinzenais e as atividades são realizadas por diversos profissionais, como nutricionistas, psicólogos, odontologistas, enfermeiros, dentre outros. ;

- Programa Projovem Adolescente, voltado para adolescentes de 15 a 17 anos: Visa promover a garantia de direitos, a autoestima, a autonomia e a cidadania para os adolescentes entre 15 e 17 anos. Os encontros são semanais e neles os jovens aprendem sobre diversos temas como, drogadição, sexualidade, cidadania, violência, direitos e deveres dentre outros;
- Programa Bolsa Família: É um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Neste programa algumas das condicionalidades são manter a frequência da criança ou adolescente no estabelecimento regular de ensino, vacinação e pesagem.

### 2.2.2 Benefício Eventual

Os benefícios eventuais são executados pelo CRAS e de acordo com o site do MDS ([www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br), 01/05/2011), no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), os benefícios eventuais se configuram como direitos sociais instituídos legalmente. Estes têm caráter suplementar e provisório e são prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de morte, nascimento, calamidade pública e situações de vulnerabilidade temporária.

Os benefícios eventuais estão previstos na LOAS. Juntamente com os serviços sócio-assistenciais, eles integram organicamente as garantias do SUAS com fundamentação nos princípios de cidadania e dos direitos sociais. As ações executadas com a finalidade de atender os benefícios eventuais são vinculadas ao Serviço de Atendimento à Comunidade com o objetivo de oferecer escuta, avaliação e encaminhamento das demandas relacionadas à confecção de documentação, doação de agasalhos, transporte para tratamento de saúde, auxílio funeral, passe livre, inclusão em outros programas, serviços destinados a população usuária como o BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Neste serviço ainda são encaminhadas as demandas por outras políticas públicas como Habitação, Educação e Saúde (Saúde Mental, CLISAM – Clínica da Mulher, Programa do Idoso, Programa de Segurança Alimentar e outros).

Segundo o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), o CRAS é responsável pelo Bolsa Família/Cadúnico e demais Programas e serviços. Sua mantenedora é a Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul e é financiado pelo Governo Federal, Estadual, Municipal, Fundos – FNAS (Fundo Nacional de Assistência Social), FEAS (Fundo Estadual de Assistência Social) e FMAS (Fundo Municipal de Assistência Social).

Através dos programas que possuem transferência de renda, os sujeitos que se encontram fora do mercado de trabalho ou até mesmo exercem trabalho informal podem contar com esta renda que é irrisória, mas que contribui na qualidade de vida das pessoas. Neste sentido, Faleiros aponta que:

no modo capitalista de produção, a relação de trabalho/salário, estável ou precária, determina a sobrevivência de grande parte das pessoas. Outros vivendo como autônomos integram, no entanto, o mercado capitalista, com mais ou menos lucro, e outros sem condições de nele se inserir “positivamente”. Ao menos em parte, se veem em relações de exclusão, ou seja, não têm como vender sua força de trabalho, são considerados “imprestáveis” e, assim, desvalorizados. (1997, p. 46-47)

Pode-se perceber que existe muita coerência referente ao que o autor menciona em relação à realidade do modo de vida dos sujeitos que se encontram em vulnerabilidade financeira no município de Sapucaia do Sul, pois muitos estão desempregados devido à baixa escolaridade. Relatam que tiveram que abandonar os estudos e exercer um trabalho informal para poderem sustentar suas famílias, mantendo a sobrevivência de todos.

### **3 METODOLOGIA DE PESQUISA**

Visando atingir os objetivos propostos o presente trabalho teve um caráter exploratório que, segundo Gil (2001) visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Com relação à forma de abordagem do problema foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa e quantitativa.

A coleta e análise dos dados foram realizadas através de dados que foram coletados por meio de entrevistas com 374 chefes de família que procuraram pelos serviços do CRAS no período de janeiro à junho de 2012 onde 100% destas famílias foram beneficiadas e pesquisa documental de relatório processual condensado que é um instrumento utilizado pelo assistente social nos espaços institucionais e que contém uma contextualização dos encontros com os usuários. Foi efetuada a tabulação dos dados, bem como a análise dos relatórios.

Os critérios de escolha destas famílias foi devido o CRAS Sul atender somente os usuários dos bairros que abrangem o território designado para atendimento, por terem acessado os serviços oferecidos no CRAS e se encontrarem em situação de vulnerabilidade social. Estas 374 famílias foram escolhidas por terem recebido algum benefício através do CRAS no período de janeiro à junho de 2012. Durante as entrevistas os elementos da pesquisa foram os provedores das famílias que relataram suas demandas emergentes bem como as características da composição familiar e situações de moradia e renda.

Nas frases coletadas pelos usuários do CRAS foram ocultados seus nomes para preservar suas identidades. Estas frases se encontram nos resultados e foram retiradas de relatórios.

#### **4 RESULTADOS**

Os resultados que serão apresentados referem-se ao perfil das famílias, sexo dos usuários atendidos pelo CRAS, profissão, escolaridade, estado civil, renda e alguns relatos dos mesmos referentes a contribuição dos serviços do CRAS na qualidade dos mesmos.

Percebe-se que o número de mulheres que acessam os serviços do CRAS é superior ao número dos homens. As características das 374 famílias encontram-se na tabela 1:

<b>PERFIL DAS FAMÍLIAS</b>	
PROVEDOR DA FAMÍLIA COM ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	74,87%
FAMÍLIAS MONOPARENTAIS	61,23%
FAMÍLIAS COM CASA PRÓPRIA	51,60%
FAMÍLIAS DO BAIRRO CAPÃO DA CRUZ	63,37%
FAMÍLIAS COM RENDA DE UM A DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS	31,02%

Tabela 1 – Características das famílias que acessaram o CRAS Sul

Fonte: Elaborado pela autora.

Observou-se que das 374 famílias atendidas no CRAS SUL durante os seis meses que foram de janeiro a junho do ano de 2012 constatou-se que 279 (74.60%) são do sexo feminino e 95 (25.40%) do sexo masculino como demonstra o gráfico 4:



Gráfico 4 – Sexo dos usuários atendidos pelo CRAS

Fonte: Elaborado pela autora.

Das 279 mulheres, 177 (63.44%) possuem idade que vai dos 31 aos 59 anos e 170 (60.93%) são do lar. Dos 95 homens, 53 (55,79%) possuem idade que vai dos 31 aos 59 anos e 30 (31,58%) encontram-se desempregados.

Devido ao nível de escolaridade estas famílias estão passando por dificuldades na busca de um emprego e conseqüentemente não conseguem garantir o sustento da família necessitando por diversas vezes o apoio do CRAS.

As tabelas 2, 3 e 4 se referem às 279 mulheres e aos 95 homens que acessaram o CRAS SUL no período de janeiro à junho de 2012.

<b>PROFISSÃO/OCUPAÇÃO</b>	<b>FEMININO (%)</b>	<b>MASCULINO (%)</b>
SEGURANÇA	-	2,11%
DOMÉSTICA	18,64%	-
COLETADOR (A) DE MATERIAL RECICLÁVEL	1,79%	10,53%
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	2,15%	17,89%
VENDEDOR (A)	-	2,11%
SERVENTE DE OBRAS	-	11,58%
MANICURE	1,43%	-
PINTOR	-	6,32%
DO LAR	60,93%	-
DESEMPREGADO (A)	5,38%	31,57%
APOSENTADO (A)	3,58%	17,89%
PENSIONISTA	3,94%	-
COSTUREIRA	1,08%	-

Tabela 2 – Profissão/Ocupação dos usuários que acessaram o CRAS Sul

Fonte: Elaborado pela autora.

Percebe-se que o número de usuários do sexo masculino que estão desempregados é maior que os usuários do sexo feminino, ou seja, 5,38% das mulheres estão desempregadas enquanto os homens totalizam 31,57%.

<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>FEMININO (%)</b>	<b>MASCULINO (%)</b>
SEM ESCOLARIDADE	10,04%	12,63%
1ª A 4ª SÉRIE	30,82%	43,16%
5ª A 7ª SÉRIE	32,26%	24,21%
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	10,35%	12,63%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	3,94%	2,11%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	12,55%	4,21%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	-	1,05%

Tabela 3 – Escolaridade dos usuários que acessaram o CRAS Sul

Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se que 12,55% dos usuários do sexo feminino concluíram o ensino médio enquanto 4,21% dos usuários do sexo masculino terminaram, ou seja, a quantidade de mulheres é maior do que a quantidade dos homens que fizeram o ensino médio.

<b>ESTADO CIVIL</b>	<b>FEMININO (%)</b>	<b>MASCULINO (%)</b>
SOLTEIRO (A)	45,52%	42,11%
CASADO (A)	11,83%	15,79%
VIÚVO (A)	10,04%	8,42%
SEPARADO (A)	7,53%	9,47%
DIVORCIADO (A)	3,94%	5,26%
UNIÃO ESTÁVEL	21,14%	18,95%

Tabela 4 – Estado Civil dos usuários que acessaram o CRAS Sul

Fonte: Elaborado pela autora.

A tabela 5 se refere à renda familiar dos usuários que acessaram os serviços do CRAS Sul.

<b>RENDA</b>	<b>FEMININO (%)</b>	<b>MASCULINO (%)</b>
SEM RENDA	5,38%	31,58%
ATÉ 1/2 SAL. MÍNIMO	22,96%	33,69%
DE 1/2 A 1 SAL. MÍNIMO	24,73%	16,84%
DE 1 A 2 SAL. MÍNIMOS	38,35%	9,47%
DE 2 A 3 SAL. MÍNIMOS	7,53%	5,26%
DE 3 A 4 SAL. MÍNIMOS	1,07%	3,16%

Tabela 5 – Renda Familiar dos usuários que acessaram o CRAS Sul

Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se que os valores mais acentuados de ambos os sexos são referentes aos sujeitos sem renda onde consta que 5,38% são do sexo feminino enquanto 31,58% do sexo masculino. Dos usuários que recebem de 1 a 2 salários mínimos, 38,35% são mulheres e 9,47% são homens. Conclui-se que as mulheres estão mais organizadas financeiramente.

As demandas mais emergentes foram auxílio alimentação e documentação. O auxílio alimentação faz parte dos benefícios eventuais e é disponibilizado em casos

de vulnerabilidade social das famílias. Foram 102 solicitações de alimentos e 216 de documentação dentre eles: segunda via da carteira de identidade e registro civil. Cabe ressaltar que após as entrevistas com a assistente social foram encaminhadas 47 famílias para serviços de convivência que tem como objetivos proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice amparando em situações de riscos e vulnerabilidades. Estes encaminhamentos foram realizados devido às famílias apresentarem características que evidenciavam a necessidade de inserção nos serviços de convivência. O intuito desta inserção é proporcionar melhor qualidade de vida para estas famílias que estão passando por tal vulnerabilidade.

Frente a estas famílias que foram encaminhadas para os serviços de convivência foi possível perceber através das falas de algumas mulheres o quanto os serviços do CRAS contribuíram para a emancipação. Sr<sup>a</sup> Ana referiu o seguinte:

depois que entrei no grupo Atuação Família com meu filho Eduardo percebi que as notas dele no boletim da escola aumentaram e ele está me ouvindo mais, até me disse que quando crescer vai trabalhar e comprar uma fazenda pra nós. (Ana, 25 anos)

Esta família se encontra em situação de vulnerabilidade social, a mãe possui apenas a 6<sup>a</sup> série e o pai não possui escolaridade, ambos com dificuldades de ingresso no mercado de trabalho. Sr<sup>a</sup> Ana participa do Serviço Atuação Família que ocorre a cada 15 dias e percebeu-se melhoria na qualidade de vida da família.

Através do Projeto PIS que tem como objetivo garantir os direitos sociais contribuem para a autonomia, emancipação e mobilização social, através da inclusão social, educacional, laboral e bancária percebeu-se por meio da fala da Sr<sup>a</sup> Sueli o que a mesma estava achando da proposta.

Ela salientou que: “Estou gostando muito de voltar a estudar, cada dia aprendo uma coisa nova”. (Sueli, 32 anos). Um dos critérios de permanência neste projeto é o sujeito que nele ingressou voltar a estudar. Sr<sup>a</sup> Sueli costuma ir até o CRAS para mostrar o seu caderno e falar sobre as atividades novas que vem aprendendo, bem como comentar sobre os novos amigos que conheceu na escola. Frente a isso compreende-se que é necessário trabalhar com as famílias sempre visando a cidadania e os direitos sociais das mesmas, observando que elas se encontram em situação de vulnerabilidade e desorganização, mas que através de inclusão em serviços de convivência é possível alcançar a emancipação.

Foi possibilitado acesso aos direitos sociais, oportunizando o desenvolvimento da autonomia e emancipação dos jovens. Na fala de alguns adolescentes, percebeu-se o quanto foi importante falar sobre este acesso: “Pra mim é novidade esta lei Maria da Penha, eu não sabia que existia uma lei para as mulheres” (Juliana, 16 anos). Juliana é uma jovem muito interessada em aprender coisas novas, questiona sempre que tem alguma dúvida ou quando quer obter mais conhecimento.

Outro adolescente destacou o seguinte: “Eu não sabia sobre os serviços e os projetos pra toda a família que tem no CRAS, pensei que fosse só o Projovem Adolescente, agora eu sei, vou avisar lá em casa” (Ricardo, 15 anos).

Ricardo procurou estar sempre atento a tudo que acontecia em sua volta de maneira a beneficiar sua família. Tem vários irmãos pequenos que busca na escola enquanto sua mãe faz curso de azulejista disponibilizado pelo Programa Bolsa Família.

Cabe salientar que as informações referentes aos direitos são extremamente importantes para a vida destas famílias que se tornaram multiplicadoras em seus bairros.

## **5 CONCLUSÃO**

No presente artigo, objetivou-se demonstrar as contribuições que são proporcionadas as famílias através dos serviços e programas, com o intuito de que o leitor reconheça o trabalho que é realizado no CRAS.

Cabe destacar a importância de conhecer este Centro de Referência e de como é desenvolvido o trabalho com as famílias, pois o mesmo apresenta caminhos em busca de uma melhor qualidade de vida para os sujeitos.

O CRAS contribuiu na promoção ao acesso destas famílias aos demais serviços setoriais como, por exemplo, na área da educação em que alguns usuários voltaram para escola com o intuito de concluir os estudos. Através do CRAS ocorreu o fortalecimento da função protetiva das famílias, mães começaram a acompanhar mais seus filhos nas brincadeiras e nos estudos.

Por meio das atividades que foram realizadas com os adolescentes foi possível proporcionar acesso aos direitos sociais que resultou no desenvolvimento

da emancipação de cada jovem. Percebeu-se que os mesmos tornaram-se multiplicadores de informações em suas famílias bem como na comunidade.

Perante as informações descritas no transcorrer deste trabalho percebe-se que o CRAS oferece possibilidades de emancipação das pessoas por meio das informações na garantia de direitos e na prevenção das situações de riscos sociais.

Cabe ressaltar da importância de no futuro poder verificar por meio de pesquisas a respeito do grande número de famílias monoparentais em que predomina o sexo feminino chefes de família que precisam ir à luta na garantia do sustento da família.

Durante o período analisado em que se refere este artigo, as orientações e serviços proporcionados foram eficazes, devido todas as famílias que procuraram o CRAS serem atendidas com eficiência através dos profissionais. Observou-se então, que o CRAS cumpriu sua missão através dos serviços prestados para a sociedade.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Alfred. **A Entrevista de Ajuda**. 11.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; WANDERLEY, Mariângela Belfiore; (orgs). **Desigualdade e a Questão Social**. São Paulo: EDUC. 2000.

CRAS. **Centro de Referência de Assistência Social**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília. 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1997.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social**. São Paulo: Cortez. 2008.

\_\_\_\_\_. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico metodológica**. São Paulo: Cortez. 2001.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo : Cortez, 1998.

INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/default.shtm> < <http://www.ibge.gov.br> > Acesso em 09 julho 2012.

LOAS Anotada. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: ASCOM. 2009.

MDS, **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial>. Acesso em: 01 mai. 2011.

MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz Gershenson.; (orgs). **O Sistema Único de Assistência Social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação**. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2009.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: Vol. 1. 1ªed. 2012.

SILVEIRA, Sandra da Silva. **Questão Social**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2008.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore; CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; (orgs). **Desigualdade e a Questão Social**. São Paulo: EDUC. 2000.